



**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (ICSA)
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

JACKSON ARMANDO LOPES

SERVIÇO PÚBLICO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL NA GUINÉ-BISSAU

REDENÇÃO-CE

2017

JACKSON ARMANDO LOPES

SERVIÇO PÚBLICO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL NA GUINÉ-BISSAU

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito básico para obtenção de nota final de aprovação ofertada pelo Curso de Administração Pública, presencial, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB),

Orientador (a): Prof. Dr. Luís Miguel Dias Caetano

REDENÇÃO-CE

2017

JACKSON ARMANDO LOPES

SERVIÇO PÚBLICO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL NA GUINÉ-BISSAU

Projeto de TCC apresentado à Disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso como requisito básico para obtenção de nota final de aprovação ofertada pelo Curso de Administração Pública, presencial, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB),

Orientador (a): Prof. Dr. Luís Miguel Dias Caetano

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luís Miguel Dias Caetano (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Pedro Rosas Magrini (1º Membro)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Portela Cysne (2º Membro)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. PROBLEMA DA PESQUISA.....	4
1.2 JUSTIFICATIVA	5
1.3 OBJETIVOS	6
1.3.1 Objetivo Geral.....	6
1.3.2 Objetivos Específicos	6
2. REFERENCIAL TEÓRICO	7
2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	7
2.2 A NOVA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	9
2.4 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU: CONTEXTUALIZAÇÃO....	10
2.3.1 AS DIFICULDADES QUE A GUINÉ-BISSAU TEM PARA IMPLEMENTAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	12
2.3.2 As áreas que precisam de melhorias nos atendimentos dos serviços públicos	14
3. REGISTO CIVIL	17
3.1 REGISTO CIVIL NA GUINÉ-BISSAU	17
4. INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS	19
5. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	22
5.1 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	23
5.2 MÉTODO E TÉCNICA SELECIONADOS	24
6. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	26
7. CONCLUSÃO.....	29
REFERÊNCIAS	30

RESUMO

O direito de ter o registo civil é uma das primeiras obrigações que um Estado deve garantir para qualquer cidadão nascido em Guiné-Bissau segundo a constituição da Republica, mas isso não foi o caso da Guiné-Bissau devido à má administração pública, e ineficiência e morosidade que o país vem apresentado ao longo dos anos e dessa realidade o setor da identificação civil não ficou de fora devido às dificuldades que ela vem apresentando nos aspetos de armazenamento de documentos controle e verificação dos dados.

Esse trabalho tem como o objetivo de compreender a forma como o Estado armazena os documentos dos cidadãos Guineenses e todos os dados que constam no livro de registo civil e por outro lado procura-se examinar a relação de custo e beneficio ou não sobre utilizadores do serviço.

O trabalho foi feito com os estudantes Guineenses de diferentes cursos de graduação na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), foi feito questionários aberto onde o aluno poderá responder as perguntas a respeito dos serviços de identificação civil na Guiné-Bissau.

Ao longo da pesquisa elaboramos questões para os estudantes Guineenses cujo tema do trabalho é informatização dos serviços da identificação civil na Guiné-Bissau e eles foram bem unânimes em responder as dificuldades que obtiveram na aquisição do registo civil na Guiné-Bissau e vários problemas que foram encontrados devido à perda de dados os nomes dos indivíduos que não foram encontrados no livro a incompatibilidade de número de registo a demora no atendimento e o longo prazo de espera para receber o registo a distância de uma região a outro devido à falta de sistema informatizado onde detêm um único banco de dados nacional.

Com base a essas dificuldades esse trabalho se propõe a informatização dos serviços de identificação civil na Guiné-Bissau para poder fazer fase às dificuldades que o setor vive e capacitar os servidores e técnicos para uma melhoria na prestação desse serviço para a população, o sistema informatizado não é para por fim ao sistema que era usado antes, mas sim é para dar mais melhoria na prestação do serviço e segurança dos dados.

Palavra chave: Administração pública. Registo civil. Informatização de serviço.

1. INTRODUÇÃO

Guiné-Bissau fica situada na costa ocidental da África, limitado ao norte pelo Senegal e ao Sul pela Guiné-Conacri, ex-colônias francesas. “O país tem uma superfície total de 36.125 km², constituída por uma diversidade étnica e cultural muito ampla” (JABI, 2008, apud CARVALHO, R. 2010, p. 42). Conforme Teixeira (2015), a Guiné-Bissau foi à primeira das ex-colônias portuguesas em África a alcançar a sua independência nacional. Ainda, para o referido autor, essa independência significou o fim de uma longa tradição imposto por regime colonial português e o começo de amplo movimento de contestação e “enfrentamento entre diversas forças que o regime salazarista havia reprimido em Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe e, também, em Portugal” (TEIXEIRA, 2015, p. 194). Segundo Carvalho R. (2010), a Guiné-Bissau foi, também, o país que mais intensificou a luta de libertação nacional via luta armada na região. Ainda, esse autor salienta que a luta pela independência naquela época foi constituída graças ao importante desempenho das Forças Armadas guineenses, que se caracterizavam como milícias armadas de guerrilha clandestina, ou seja, como célula revolucionária ligada diretamente ao Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), tendo como objetivo maior derrubar o poder militar português e permitir uma vida digna aos seus cidadãos. “Naquele momento, suas ações foram relativamente bem-sucedidas, tanto que, antes da saída dos portugueses, as Forças Armadas guineenses, ou seja, o PAIGC tinham controlado quase todo território nacional” (CORDEIRO, 2009 apud CARVALHO, R. 2010, p. 44).

Ao nível político, o país conheceu uma luta armada de libertação nacional que durou 11 anos contra o então colonialista português à qual as mulheres guineenses participaram ativamente. Essa luta custou milhares de vidas humanas. Após a declaração unilateral da sua independência em 24 de setembro de 1973, o país foi governado por um partido único sob as rédeas do PAIGC (RELATÓRIO MULHER PAZ E SEGURANÇA, 2010, p. 4).

A Guiné-Bissau, atualmente, é o país lusófono que ocupa posição mais baixa no índice de desenvolvimento humano (IDH¹) com 0,42 dados referentes ao ano 2014 (PNUD, 2016). Os sucessivos relatórios do programa das Nações Unidas para o desenvolvimento

¹ Fonte: PNUD, IDH - Índice de Desenvolvimento Humano por país- 2016 Disponível em: <https://pt.actualitix.com/pais/wld/indice-de-desenvolvimento-humano-por-pais.php>. Acesso em: 24 jul. 2017.

(PNUD), nos últimos anos, colocaram a Guiné-Bissau na lista dos países que alcançaram menos progresso em termos de desenvolvimento humano e o crescente nível de analfabetismo. No *ranking* dos 180 países medidos pelas Nações Unidas através se PNUD, em 2014, a Guiné-Bissau ocupava a posição número 176 à frente apenas dos países com as mesmas situações de instabilidade (PNUD, 2016).

Após a independência, a Guiné-Bissau passou pelas diversas dificuldades ao longo de todos esses anos, sucessivos golpes de Estado e um conflito político militar em 1998/1999, que levou a uma grande morosidade em termos da sua administração pública o que dificultou muito o desenvolvimento do país em todas as suas áreas administrativas. E os serviços de identificação civil não ficaram de fora, a população passa por muita dificuldade para conseguir o registro civil o que deveria ser uma obrigação do governo de prestar esse serviço para toda a população de uma forma eficiente e eficaz.

A certidão de nascimento é o documento no qual o oficial do Cartório, munido de sua fé pública, certifica que o registro se encontra devidamente lavrado constando, obrigatoriamente, o número do livro, da folha e do termo. Nela constam as principais informações sobre este ato civil.

A certidão de nascimento é o primeiro passo para o pleno exercício da cidadania. Ela comprova sua existência, seu local e data de nascimento, o nome dos seus pais e avós. Sem esse documento os cidadãos ficam privados de seus direitos políticos, econômicos e sociais.

O registro civil é o conjunto de factos que, tendo início no nascimento, ocasião em que se adquire a personalidade jurídica, até à morte, termo da personalidade jurídica, modificam a capacidade ou o estado civil.

E por outro lado depois da independência até os dias atuais nem um presidente e o primeiro ministro eleito democraticamente conseguiu terminar o seu mandato, em (07) de Junho de 1998/1999 teve um conflito político militar que acabou atrasando o país e também sucessivos golpes de estado que vem acontecendo em Guiné-Bissau isso levou o país a enfrentar diversas dificuldades em termos econômicos, político e o fraco desenvolvimento.

Este trabalho tem como o objetivo criar um mecanismo para a informatização dos serviços de identificação civil da Guiné-Bissau para poder ajudar na dinamização desses serviços prestados para a população e não só para poder dar mais ênfase e a confiabilidade nos documentos e para sugerir uma construção de um banco de dados nacional para evitar a perda dos documentos ou de dados registrai isso facilitaria muito os serviços de estatística

para poder ter um número exato da população residentes no país assim como os que estão fora, isso ajudaria a comprovar quem somos e quanto somos.

A criação do sistema informatizado não substituirá o livro de registo que é usado atualmente, mas sim é para trazer uma melhoria na prestação dos serviços reduzindo o tempo de espera e o custo para aquisição do registo civil para os cidadãos Guineenses, e não só também para melhorar o acesso aos dados da população em qualquer lugar do país onde eles estiverem, onde não será preciso se deslocar até o local onde o indivíduo é registrado para poder ter o acesso aos dados da pessoa ou ter que solicitar o envio do livro de registo onde a pessoa foi registrada, e o número do livro para poder emitir qualquer documento que for solicitado, a criação de banco de dados Nacional servirá para ter um controle dos dados das pessoas físicas.

Sendo que se não possuir esses documentos essas pessoas são considerados que não existem perante a lei e perante o Estado, e por outro lado não podem exercer os seus direitos cívicos enquanto cidadãos Nacionais por que não existem e não podem se beneficiar de todos os programas sociais que esta regulamentada pela lei e a constituição da república, e na aprovação do orçamento geral do Estado nem se conta com essa parte da população o que seria diferente se o Estado adotasse medidas e novas tecnologias para facilitar a prestação dos serviços e ajudar os profissionais da área na melhoria do atendimento.

1.1. PROBLEMA DA PESQUISA

A Guiné-Bissau, tem tido uma administração pública ineficiente e morosa em todos os setores ao longo dos anos. Dessa realidade, o setor da identificação civil não constitui exceção alguma, visto que, se depara com grandes dificuldades em termos de armazenamento, controle e verificação dos dados, por continuar a carecer de um sistema moderno de informatização de dados. Em consequência disto, se verifica falta de harmonização de informações entre os órgãos do mesmo setor espalhados em todo território nacional, assim como a perda de dados.

E por outro lado depois da abertura política e primeiras eleições em 1994, até os dias atuais nem um Presidente da República eleito e Primeiro Ministro (governo) conseguiu terminar o seu mandato. Será isso o problema de eficiência e produtividade nos serviços públicos do Estado da Guiné-Bissau? Entendemos que isso importa, tão-somente, também reformar e capacitar os agentes de serviços públicos para criar compromisso com a instituição e sejam capazes de fazer a tal revolução de pensamento e mudança de paradigma, em Junho de 1998 deu início a um conflito político militar que terminou em maio 1999, o que em parte acabou atrasando o país, pois após isso, abriu se um precedente de golpe de estado no país, uma crise cíclica das instituições do Estado, o que de certa forma atrasa o desenvolvimento do país em todos os setores.

Neste quesito, procura-se perceber quais mecanismos de armazenamento de dados têm sido utilizados?

E quais perspectivas que o governo tem para implementação de um sistema de informatização dos serviços públicos de identificação civil na Guiné-Bissau?

Por isso se propôs a informatização dos sistemas do registro civil do país para poder oferecer um melhor serviço de qualidade para a população, e não só trazer melhorias para os servidores públicos e um rápido atendimento ao cidadão.

A essencialidade de se regulamentar de forma distinta, adequada, especial, a Administração Pública incide, cremos, na importância que está se reveste para a sociedade em geral. Com efeito, é à Administração Pública quem cabe satisfazer as necessidades coletivas sentidas pela comunidade e que são assumidas como tarefa fundamental do Estado, isso se em quadra nas políticas públicas que Estado deve ter como prioridades.

1.2 JUSTIFICATIVA

O motivo pelo qual escolhi fazer esse trabalho é devido às dificuldades que a população Guineense passa para conseguir ter os documentos e também os erros que muitas das vezes são verificadas nos documentos no qual a incompatibilidade dos dados dos cidadãos perda dos livros de registo.

Por outro lado a Guiné-Bissau não possui por completo os dados gerais dos cidadãos residentes no país assim como os que vivem fora, não tem um número exato da população dado que nem todos têm os documentos, ou seja, registo por que o serviço prestado pelo governo/Estado é muito precário sem mínimas condições, estima-se que a população total é de 1.514.451 Habitantes de acordo com Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau senso de 2014.

Dada essas dificuldades viu-se a importância de elaborar esse trabalho para poder ajudar a desenvolver e melhorar a prestação do serviço de registo dos cidadãos Guineenses residentes no país e futuramente para todos que se encontram nos outros países.

Tendo em conta as dificuldades enfrentadas pelos cidadãos Guineenses na aquisição do registo civil, viu-se a importância da elaboração deste trabalho que visa à implementação de novas tecnologias que facilitem a prestação desse serviço, tendo em conta que a população enfrenta barreiras principalmente geográficas por terem que se deslocar a capital do país Bissau ou para regiões vizinhos para obtenção desses serviços o que seria diferente se tivesse tecnologias modernas que ajudariam a população local a economizar tempo e dinheiro.

Como se sabe segundo a constituição da República da Guiné-Bissau o registo civil é um direito de todos os cidadãos nascidos no país e é o dever do Estado oferecer esse serviço de forma eficaz a toda a população nacional, porque sem esses documentos o individuo perde os seus direitos perante no qual esta instituída na constituição da República da Guiné-Bissau e na lei, o mesmo dificulta ao estado saber quanto somos e quem somos nos dados estatísticos do país e os erros que são verificados nos processos de registos civis e nas documentações dos cidadãos.

A implementação dessas novas tecnologias vai contribuir muita na melhoria dos serviços de registo civil assim como no controle, e na confiança do sistema sem ter grandes problemas de perdas de dados também vai reduzir muito o tempo de espera e vai proporcionar

melhorias no atendimento, serão capacitados os funcionários e técnicos da área para o melhor uso dos mat6rias e o pa6s vai possuir um banco de dados Nacional para poder armazenar todos os dados de uma forma mais segura.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

- Compreender o processo informatiza63o e armazenamento de dados no servi6o p6blico de identifica63o civil na Guin6-Bissau.

1.3.2 Objetivos Espec6ficos

- Entender os mecanismos de armazenamento de dados no servi6o p6blico de identifica63o civil;
- Analisar os meios pelos quais o Estado tem utilizado nos 6ltimos tempos para armazenar e arquivar os documentos no servi6o de identifica63o civil;
- Analisar a vantagem e desvantagem que o sistema informatizado pode trazer para o Estado (governo) e utilizadores do servi6o;

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta sessão o objetivo principal é apresentar a fundamentação teórica, ou seja, o conhecimento das teorias referente ao tema desta pesquisa – Informatização de Serviço Público de identificação civil na Guiné-Bissau.

No decorrer desta sessão serão apresentados os seguintes tópicos:

Administração pública, Registo civil, Informatização de serviços.

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

De acordo com Claudia Costin (2010, p. 1-2) “o Estado não passa de um conjunto de grupos sociais organizados com determinadas regras ou pessoas organizadas que são atribuídas certas funções que os separam da sociedade para organiza-la”. E ainda alega que o Estado nem sempre existiu, e ela fez uma relação de forma como era à sociedade antiga como eles viviam socialmente, onde as organizações e as funções organizacionais da vida em sociedade são exercidas por conselho de anciãos, e ainda demonstrou que em nenhum desses casos houve a cisão a comunidade, porque todo ancião em via de regra é possível membro do conselho.

O Estado só veio a existir com uma implantação de certas divisões no qual separa os Governantes e os Governados de uma forma hierárquica, perante a atribuição das leis e normas que diferencia o poder do Estado face à sociedade em geral, mediante a tudo isso ela quer nos mostrar uma breve história do surgimento do Estado para poder regulamentar a convivência dos indivíduos na sociedade regulamentada por lei e normas de vivência. E na modernidade, ou seja, o Estado moderno com exceção do absolutismo, os princípios de um Estado moderno hoje passa para uma divisão de público e privado demonstrando o que é público e privado como também os direitos e deveres individual e público garantido pela lei.

Segundo Claudia (2010, p. 2) “em sua versão moderna, o estado contém um conjunto de organismos de decisão (parlamento e governo) e de execução (administração pública)”.

Assim se o Estado é a instancia que organiza a sociedade numa determinada estrutura de poder a administração pública, formada por órgãos e pessoas que trabalham contratadas pelo estado, operacionaliza suas decisões na forma de prestação de serviços públicos, fiscalização, regulação e exercício de função de soberania. (ODETE MEDAUAR 1998, p. 4 apud COSTIN 2010).

Para Costin (2010, p. 27) “A administração pública não passa de tudo que foi dito sobre o estado em conjunto com todos os órgãos, os servidores e os serviços e todos os procedimentos desenvolvidos pelos três poderes que integram o Estado”, mediante a realização das suas tarefas/funções econômicas e os papéis que a sociedade lhes atribui, em sua opinião a administração pública não deve ser confundida com a função administrativa “uma vez que esta é mais ampla e se refere ao Estado como um todo”. Ainda demonstrou exemplos de diversas áreas administrativas que são os responsáveis pelas funções realizadas e as suas atribuições, como um Juiz, presidente de Assembléia Nacional eles exercem uma serie de atos administrativos.

Para um Estado do qual se espera que apenas proteja contratos e garanta a proteção dos habitantes contra ameaças externas ou crimes internos, a administração pública será extremamente enxuta e provavelmente formada por órgãos e funcionários ligados a policia, as forças armadas, ao judiciário e ao fisco. Já se pensamos em contratação de obras públicas como hidrelétricas, estradas, ferrovias, portos, ou, ainda, se associarmos ao rol de atividades públicas a educação das crianças e jovens, o apoio à ciência e tecnologia, a saúde da população, a administração pública passa a se tornar bem mais complexa, mesmo que para a realização dessas tarefas passa a assumir diferentes desenhos dependendo do interesse da sociedade ou de quem tem a voz mais forte na definição das instituições. (COSTIN 2010, p. 27-28).

De acordo com Chiavenato (2009) no seu artigo admiração geral e pública, a Administração é uma ciência muito nova possivelmente a mais recente de todas as ciências humanas, uma jovem e habilidosa senhora apenas de pouco mais de 100 anos “Mas que já mostrou sobejamente a que veio. E rapidamente passou a ocupar um lugar de destaque especial no panorama das ciências. De fato, apesar de tão recente, a Administração é hoje considerada a ciência que permitiu que todas as demais ciências pudessem transformar suas descobertas, invenções e inovações em produtos e serviços disponíveis para a sociedade. ” E ainda afirma que a Administração tem contribuído muito no desenvolvimento e no amplo aumento da riqueza no decorrer do século passado de uma forma direta ou indireta, de modo como tem transformado a qualidade de vida dos povos principalmente os países desenvolvidos, essas melhorias podem ser vistos hoje por exemplos os avanços que nas diversas áreas tecnológicas, medicina, engenharia e em geral a nas telecomunicações e as demais ciências precisam de Administração.

No início da década de 1950, A Teoria administrativa passou por um período de intensa remodelação. A Segunda Guerra Mundial já havia acabado e o mundo passou a experimentar um notável surto de desenvolvimento

industrial e econômico sem precedentes. Em outras palavras, o mundo das organizações ingressou em uma etapa de grandes mudanças e transformações. Com o surgimento da televisão, do motor a jato e o esboço das telecomunicações, o mundo organizacional já não seria mais o mesmo. As repercussões sobre a teoria administrativa não tardaram a acontecer. Apesar da influência das ciências do comportamento sobre a teoria administrativa, os pontos de vista dos autores clássicos nunca deixaram de subsistir. Apesar de todas as críticas aos postulados clássicos e aos enfoques tradicionais da organização, os princípios de Administração, a departamentalização, a racionalização do trabalho, a estrutura linear ou funcional, enfim, a abordagem clássica nunca foi totalmente substituída por outra abordagem. Todas as teorias administrativas posteriores se assentaram na Teoria Clássica, seja como ponto de partida seja como crítica para tentar uma posição diferente. A abordagem neoclássica nada mais é do que a redenção da Teoria clássica devidamente atualizada e redimensionada aos problemas administrativos atuais e ao tamanho das organizações de hoje. Em outros termos, a Teoria Neoclássica representa a Teoria clássica colocada em um novo figurino e dentro de um ecletismo que aproveita a contribuição de todas as demais teorias administrativas. (CHIAVENATO, 2009, p. 44)

Depois de tudo que se passaram no mundo, todos os países procuram se reorganizar e copiar os modelos administrativos que são usados por vários países no mundo no que diz respeito à organização do Estado e a população hoje é notável o desenvolvimento de muitas nações tanto no continente Europeu, Asiático, Africano e Americano é visível notar que os dirigentes/gestores estão muito preocupados em adotar novas formas de administrar, mas no caso da Guiné-Bissau não foi o caso até hoje tem ainda dificuldades em organizar o sistema administrativo de o país adotar novas tecnologias gerar um desenvolvimento e fazer o país crescer economicamente e poder estar preparado para atender os desafios do milênio.

2.2 A NOVA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Segundo (LASTRES, 1999 p.3-4 apud GUIMARÃES 2000), a “segunda metade do século XX marca o início da era do conhecimento e da informação caracterizada por um período de grandes transformações tecnológicas, sociais e econômicas, que impõem novos padrões de gestão às organizações públicas e privadas”. Trata-se de um processo de reestruturação produtiva apoiado no desenvolvimento científico e tecnológico e na globalização de mercados. “Nesse contexto, parece haver um consenso entre estudiosos da teoria organizacional de que o sucesso de uma organização é, cada vez mais, influenciado pela sua capacidade de programar formas flexíveis de gestão que possam fazer face às mudanças do mundo contemporâneo”.

No setor público, o desafio que se coloca para a nova administração pública é como transformar estruturas burocráticas, hierarquizadas e que tendem a um processo de insulamento em organizações flexíveis e empreendedoras. Bresser Pereira (1996, p. 10) Traz a análise sobre:

Administração burocrática a gerencial a administração burocrática clássica, baseada nos princípios da administração do exército prussiano, foi implantada nos principais países europeus no final do século passado; nos Estados Unidos, no começo deste século; no Brasil, em 1936, com a reforma administrativo promovido por Maurício Nabuco e Luís Simões Lopes. É a burocracia que Max Weber descreveu, baseada no princípio do mérito profissional.

A administração pública burocrática foi adotada para substituir a administração patrimonialista, que definiu as monarquias absolutas, na qual o patrimônio público e o privado eram confundidos. Nesse tipo de administração, o Estado era entendido como propriedade do rei. O nepotismo e o empreguismo, senão a corrupção, eram a norma. Esse tipo de administração revelar-se-á incompatível com o capitalismo industrial e as democracias parlamentares, que surgem no século XIX. É essencial para o capitalismo a clara separação entre o Estado e o mercado; a democracia só pode existir quando a sociedade civil, formada por cidadãos, distingue-se do Estado ao mesmo tempo em que o controla. Tornou-se assim necessário desenvolver um tipo de administração que partisse não apenas da clara distinção entre o público e o privado, mas também da separação entre o político e o administrador público. Surge assim a administração burocrática moderna, racional-legal.

Ainda de acordo com o Bresser (1996, p. 10-11) de que a administração pública burocrática clássica era implementado para poder fazer face aos desejos da administração patrimonialista. Nessa perspectiva de eficiência que foi pensado não se revela real. Na mudança de entre o estado pequeno liberal do século XIX se passou categoricamente o espaço para o grande estado social e econômico do século XX, conferiu-se que a administração burocrática não assegurava nem agilidade, nem boa qualidade nem o preço baixo para os serviços oferecidos ao público. “Na verdade, a administração burocrática é lenta, cara, auto-referida, e pouco ou nada orientada para o atendimento das demandas dos cidadãos”.

2.4 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU: CONTEXTUALIZAÇÃO

Após a conquista da independência em 1973 através da luta da libertação nacional, Guiné-Bissau vem passando por muitos problemas em termos de desenvolvimento e tem uma administração morosa, e em de Junho de 1998 ate Maio de 1999 o país se passou por um

conflito político militar entre duas forças político e militar, desde esse período o país vem passando por vários golpes de estado e trocas sucessivos dos ministros e de governos o que levou a uma má administração do país ao longo desses anos e causou o fraco desenvolvimento em diversas áreas da função pública guineense. Tudo que está garantida na constituição de Guiné-Bissau em termos de administrativos também na gestão dos recursos públicos assim como o direito à informação, o país não possui nem um portal de transparência onde são divulgados todos os gastos e as obras públicas que o estado está desenvolvendo essas informações são muito difíceis de encontrar em todos os departamentos administrativos do país.

Procurar-se nesta sessão razões para a regulamentação da Administração Pública o que seria quase equivalente a pôr em causa o Direito Administrativo. Logicamente que essa necessidade se impõe, que não se imagina um atual Estado de Direito democrático sem certo Direito Administrativo, enquanto aquele conjunto de normas jurídicas que está escrita na constituição da república da Guiné-Bissau que regula essencialmente a organização e o funcionamento da Administração Pública Guineense, bem como as relações que esta estabelece com outros sujeitos de direito, no âmbito da sua atividade administrativa de gestão pública, nessa perspectiva a Guiné-Bissau não se enquadra por ter passado por várias violações da constituição, os direitos dos cidadãos de serem informados sobre diversos assuntos que envolvem administração dos recursos públicos violação dos direitos legislativos falta de serviços sociais e dentre outros.

Quadro Legislativo e a estrutura administrativa da Guiné-Bissau

Independência: 24 de Setembro de 1973

Sistema Político: Semi-presidencialismo, sufrágio universal; Representação proporcional dos distritos eleitorais; separação dos poderes do Estado.

Chefe de Estado: Presidente da República - mandato de cinco anos renovável por mesmo período uma vez.

Poder Legislativo: Parlamento (Assembleia Nacional), composto de 102 deputados eleitos por quatro anos.

Poder Executivo: “Primeiro Ministro (Chefe do Governo, designado pelo Presidente da República com base nos resultados eleitorais e após consulta às forças políticas com assento parlamentar)”.

Poder Judicial: Supremo Tribunal da Justiça e Tribunais Judiciais de Primeira Instância (a Constituição consagra a possibilidade da existência de Tribunais de Segunda Instância); Tribunal de Contas; Tribunal Militar; Tribunais Administrativos, Aduaneiros e Fiscais.

Segundo Ana apud Miranda, (2014 p.2) no artigo sobre a Necessidade de regulamentação da administração pública onde se referiu sobre Logica que essa necessidade se impõe, que não se imagina um atual Estado de Direito democrático sem certo Direito Administrativo, enquanto aquele conjunto de normas jurídicas, que regula essencialmente a organização e funcionamento da Administração Pública, bem como as relações que esta estabelece com outros sujeitos de direito, no âmbito da sua atividade administrativa de gestão pública.

Em matéria de tarefas assumidas pelo Estado como fundamentais há um crescimento acentuado e diversificado, face à Constituição aprovada em 1973, a qual, naturalmente, tinha como grandes preocupações afirmar a independência do Estado e organizar o poder político para o novo Estado. Enquanto que nesse texto parcas são as tarefas que se vão refletir nas funções a desempenhar pelas entidades administrativas, é o caso de alguns preceitos que referem a necessidade de criar condições económicas e culturais para o desenvolvimento social, e a preocupação com o trabalho e com o ensino, reveladas no artigo 14º; a Constituição atual assume tarefas tão diversificadas que vão desde o bem-estar em geral, ao qual se refere o artigo 11º, n.º 2, à saúde pública, à segurança social, à educação, à cultura e ao desporto, à segurança e à defesa, como o demonstram respectivamente os artigos 15º, 46º, n.º 3, 16º e 49º, 17º, 20º e 21º (CARVALHO 1988, p 6).

2.3.1 AS DIFICULDADES QUE A GUINÉ-BISSAU TEM PARA IMPLEMENTAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

De acordo com a constituição da república da Guiné-Bissau ANP (1996 p.2) O PAIGC, fundado em 19 de Setembro de 1956, cumpriu exemplarmente o seu Programa Mínimo, que consiste em libertar os povos de Guiné e Cabo Verde, conquistando a soberania dos respectivos Estados, ao mesmo tempo em que lançava as bases de construção de uma sociedade livre, democrática e de justiça social em cada país.

“O Partido conseguiu, após a independência, granjear, nos planos interno e internacional, simpatia, respeito e admiração pela forma como tem conduzido os destinos da Nação Guineense, nomeadamente através da criação e institucionalização do aparelho estatal”. ANP (1996 p.2).

“Com o Movimento Reajustador do 14 de Novembro, o Partido reorientou a sua acção, corrigindo os erros que estavam a entrar a travar a edificação de uma sociedade unida, forte e democrática”.

Segunda a ANP (1996 p.2) ao adoptar a presente Constituição, que se situa fielmente na linha de uma evolução institucional que nunca se afastou das ideias e opções do nosso povo, linha reafirmada pelas transformações profundas operadas na nossa sociedade pela legalidade, pelo direito e pelo gozo das liberdades fundamentais, a Assembleia Nacional Popular da Guiné--Bissau revela o facto de o seu articulado se encontrar imbuído do humanismo que sempre nos inspirou e que se reflecte nos direitos e liberdades aqui garantidos aos cidadãos como conquistas irreversíveis do nosso povo.

Ainda de acordo com a Assembleia Nacional Popular felicita (1996 p.2) o PAIGC pelo papel de vanguarda que sempre desempenhou na condução dos destinos da Nação Guineense e congratula-se pela decisão corajosa e oportuna que o partido de Amílcar Cabral tomou ao implementar o desafio da abertura democrática rumo à construção de uma sociedade pluralista, justa e livre.

“A decisão do PAIGC situa-se na esteira da sua tradição histórica de procurar a cada momento as respostas às profundas aspirações do nosso povo”. ANP (1996 p.2)

“Por isso, agindo como intérprete fiel da vontade do povo e no exercício das responsabilidades que lhe cabem como órgão máximo da soberania, a Assembleia Nacional Popular aprova e adopta, como lei fundamental e para vigorar a partir de 16 de Maio de 1984, a presente Constituição da República da Guiné-Bissau”.

Desde então o país vem enfrentando muitos desafios no qual a implementação de uma administração pública eficiente e eficaz, em 1994 teve a primeira eleição democraticamente onde foi eleito o presidente da república e o primeiro ministro ambos eleitos pelo povo, durante todo esse período não foi possível cumprir nem o que esta na constituição nem as leis administrativas, o país acabou por enfrentar em 07 Junhos de 1998/1999 conflito político

militar onde a nação guineense se mergulhou nas mais profundas dificuldades de organizar o aparelho de estado, até data presente nenhum presidente assim como o primeiro ministro chefe do governo terminou o seu mandato em Guiné-Bissau, aconteceu sucessivos golpes de estado ao longo de todos esses anos varias trocas dos primeiros ministros, ou seja, dissolução do governo pelos presidentes que já se passou no país, isso levou a uma morosidade em termos administrativos assim como o cumprimento das normas e o desenvolvimento da nação guineense.

A Guiné-Bissau não possui uma politica pública capaz de ajudar num crescimento e o desenvolvimento do país, a educação esta com muitas dificuldades, saúde, as infraestruturas, transporte público, saneamento básico, a eletricidade, água potável, a segurança nacional dentre outras áreas que precisa de atenção do governo.

2.3.2 As áreas que precisam de melhorias nos atendimentos dos serviços públicos

De acordo com Carvalho A. (1988) a Guiné-Bissau vem passando diversas necessidades em muitas áreas administrativas nos quais:

- Ao nível de organização administrativa
- Ao nível da Segurança
- Ao nível do bem estar econômico e social
- Ao nível cultural

Dada essa situação a constituição Guineense foi muito bem clara como a nação deve ser governada pelos dirigentes.

Ao nível da organização administrativa no capítulo v do governo

Artigo 96º da constituição da república da Guiné-Bissau

1- O Governo é o órgão executivo e administrativo supremo da República da Guiné-Bissau.

2- O Governo conduz a política geral do País de acordo com o seu Programa, aprovado pela Assembleia Nacional Popular.

Artigo 100º

1- No exercício das suas funções compete ao Governo:

a) Dirigir a Administração Pública, coordenando e controlando a atividade dos ministérios e dos demais organismos centrais da Administração e os do poder local:

- b) Organizar e dirigir a execução das atividades políticas, económicas, culturais, científicas, sociais, de defesa e segurança, de acordo com o seu Programa;
- c) Preparar o plano de Desenvolvimento Nacional e o Orçamento Geral do Estado e assegurar a sua execução;
- d) Legislar por decretos-leis e decretos sobre matérias respeitantes à sua organização e funcionamento e sobre matérias não reservadas à Assembleia Nacional Popular;
- e) Aprovar propostas de lei e submetê-las à Assembleia Nacional Popular;
- f) Negociar e concluir acordos e convenções internacionais;
- g) Nomear e propor a nomeação dos cargos civis e militares;
- h) O que mais lhe for cometido por lei.

2- As competências atribuídas nas alíneas a), b), d) e e) do número anterior são exercidas pelo Governo, reunido em Conselho de Ministros.

De acordo com o que diz a constituição não é o que se verifica na pratica, porque se fosse aplicado com a seriedade e responsabilidade certamente o país não estaria de jeito que esta até hoje com muitas carências e diversas dificuldades para resolver vários problemas de governação, económica, social e cultural.

Perante a essa situação veremos alguns dos problemas que o país precisa resolver com certa urgência dentre os quais são:

Ao nível da segurança é muito fundamental manter os serviços de segurança e da polícia para poder manter a ordem e a proteção dos cidadãos, também manter a ordem pública e a tranquilidade, serviços de forças armadas protegendo e fiscalizando o território nacional sobre diversas ameaças nacionais e internacionais, serviços que fiscalizam os transportes públicos e privados que circulam dentro e fora da cidade dando mais segurança confiança aos cidadãos nacionais e internacionais que se encontram no país, em especial rodoviários, fluviais e marítimos, esses meios de transportes precisa de um controle muito rigoroso devidos acidentes que são fatais para a vida humana. Os serviços de bombeiros que precisa de uma resposta muito rápida eficiente e eficaz face às ocorrências que vai ser preciso a sua resposta para conter o incêndio, e esse serviço tem sempre mostrado muito ineficiente como pode se verifica os últimos acontecimentos do incêndio do mercado central de Bissau praticamente a intervenção dos bombeiros não ajudou em nada tudo que se encontra no mercado foi destruído pelo fogo.

Ao nível do bem estar econômico e social pelo visto é um setor que está precisando muito de uma intervenção do estado em todos os vertentes começando pelas infraestruturas que na verdade são inexistentes ou digamos destruídos ao longo dos anos e o conflito político militar de sete (7) de Junho de 1998. E por outro lado o governo precisa fazer licenciamento e uma fiscalização nas construções particulares para poder organizar a urbanização do território nacional nas suas zonas urbanas e rurais.

O mais importante ainda para o bem estar social é a organização do serviço de saúde que o país carece muito dos hospitais e não só também dos profissionais da área e materiais de trabalhos, as regiões do país muitos não tem nenhum posto de saúde e se tiver faltam profissionais medicamentos e matérias adequados para o atendimento da população, também saneamento básico é uma preocupação e materiais de limpeza, distribuição de água potável e da energia elétrica, é uma das realidades ainda muito distante de muitos dos cidadãos guineenses e são serviços no qual constitui as necessidades mais básicas para uma vida condigna. E a criação de uma assistência social para as pessoas mais necessitados sobretudo crianças e idosos.

Ao nível econômico as dificuldades são imensas o país por não produzir nada tudo é importado o desemprego é muito alto e a população não possui poder de compra o estado tem imensas dificuldades em investimentos, e os comércios locais não cumprem as normas e os presos estabelecidos pelo governo tudo devido a uma falta de fiscalização rigorosa dos responsáveis, esses serviços praticamente não funcionam na sua plenitude os que são mais afetados pelas fiscalizações são os pobres eles pagam mais e ganham menos e os donos de grandes empresas todos fogem do fisco para eles essa lei nunca é aplicado.

Ao nível cultural o país possui uma rica cultura, mas não sabe aproveitar ou por outro lado não foram valorizados, os estabelecimentos de ensino insuficientes e possuem umas enormes dificuldades em termos de meios humanos e material, a pouca relevância que é dado à cultura no caso de museus, bibliotecas e muitos lugares históricos do país não são apreciados e nem existe meios de divulgação da cultura guineense, isso reflete nos artistas nacionais que se dedicam a arte, cultura, literatura, artes plásticas, têxteis, cinema, música e teatro não são reconhecidos e haverá escassez de novos artistas tendo em conta a dificuldade que se encontra no país para se viver da arte/cultura.

De acordo com Ana Carvalho A. (1988, p. 5) “esta é apenas enumeração exemplificativa de alguns dos serviços que devem caber à administração pública, e que nos parecem merecer uma referência especial no caso particular da Guiné-Bissau”. Tem muitas

áreas que precisa de muita atenção do governo, por exemplo, os serviços diplomáticos em todos os países onde Guiné-Bissau tem a sua representação não funcionam devidamente o que verifica sempre são as reclamações de não recebimento dos salários, falta de matérias de trabalhos por outro lado eles nem sabem quem eles estão representando naquele país quantas pessoas no caso de imigrantes e estudantes, não tem uma comunicação ente as representações diplomáticas com os cidadãos que eles estão representando tudo isso é lamentável para um país que na sua constituição alega os direitos de defender e proteger os seus cidadãos dentro e fora do país.

3. REGISTO CIVIL

3.1 REGISTO CIVIL NA GUINÉ-BISSAU

O registo civil é o direito de todos os cidadãos nascidos no país como garante a constituição da república da Guiné-Bissau, é um documento que permite o estado saber quantos somos e quem somos, e permite ter uma estatística dos cidadãos guineenses residentes no país assim como os que estão fora, e o registo de nascimentos é um documento garantido por direito e pela lei dos direitos humanos.

O direito de todas as crianças a uma identidade é um direito humano fundamental. O registo de nascimento consiste no reconhecimento oficial, por parte do Estado, da existência de uma criança, conferindo-lhe o direito a um nome, a uma nacionalidade e a laços familiares. É um passaporte para a cidadania e participação na sociedade e o fundamento para a realização de muitos outros direitos humanos que são determinantes para o crescimento, desenvolvimento e bem-estar de uma criança. O registo de nascimento é um primeiro passo crucial para a construção de uma cultura de protecção. CENTRO DE ESTUDOS INNOCENTI INSIGHT DA UNICEF (2005, p. 11).

Para exercer os seus direitos enquanto cidadão primeiramente precisa ser registado assim o Estado por sua vez saberá da sua existência, e poderá se beneficiar dos programas sociais como a educação, saúde, se não possuir esses documentos a sua protecção e muitos outros poderão estar comprometidos, e não só podendo exercer os seus direitos cívicos como todos os cidadãos, se não possuir documentos no caso de registo civil que é um dos documentos dentre outros que um cidadão precisa ter. Mediante essa situação de falta de registo civil o governo/Estado tem por direito oferecer esses serviços para a população de uma forma segura rápida eficiente e eficaz para poder atender a demanda e suprir as necessidades dos cidadãos.

Segundo a Constituição: TÍTULO II Dos direitos, liberdades, garantias e deveres fundamentais Artigo 24º.

Todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção de raça, sexo, nível social, intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica.

De acordo com a constituição os cidadãos que não tem registo civil são discriminados perante a lei que não os dão a possibilidade de serem cidadãos nacionais para poderem gozar desses direitos e deveres preservados por lei, vão se sentir abandonados pelo Estado/governo por não poderem ser pessoas/cidadãos para darem as suas opinião e participar na tomada das decisões do país.

Os que vivem nas regiões do país sofrem mais com esses problemas de registo civil devido à falta desse serviço ou pela distancia que o individuo tem que percorrer a procura desse documento que muitas das vezes é um problema para consegui-la, por isso muitos acabam por não ter os documentos e deixar de ser um cidadão por direito eles acabam por perder todos os benefícios social que ele tem por direito, e de poder participar no desenvolvimento da nação, tudo isso por falta da informação que essa população não detém.

No que diz respeito à situação da Guiné-Bissau, cabe-nos apontar, novamente, que Guiné-Bissau viveu numa situação de conflito político Militar, situação que teve consequências imediatas no âmbito do registo civil. E não só o país também passou por sucessivos golpes de estado e trocas dos primeiros ministros, ou seja, exonerações por presidentes da república e nos ministérios não foi diferentes cada governo eleito ou formado leva os seus elencos para colocar em diferentes lugares da função pública.

Consequência imediata do conflito politico militar foi à destruição total ou parcial de grande parte das infraestruturas do país e também de registo civil, bem como a destruição dos seus arquivos. A estas mais próximas acresceram, por sua vez, as dificuldades de circulação entre os centros urbanos e periferias, entre outras obrigações impostos pelo longo período de guerra, que contribuíram para que a população da Guiné-Bissau, principalmente nas zonas rurais, atrapalhar-se progressivamente, hábitos registrais. Com o alto índice de pessoas analfabeto principalmente nas zonas rurais, eles não sabem o valor que o registo ou outros documentos pessoais representa para as pessoas de modo que se mantem mais ocupados com as suas tarefas de cultivo e criação de gados do que sair para procurar um posto de registo civil/cartório.

De acordo com o Centro de Estudos Innocenti da UNICEF (2005, p. 12) Os países com menos de 40 por cento das crianças registadas são, na sua maior

parte, países afectados pela guerra ou países pobres e fortemente endividados, ou países que enfrentam ambas as situações. Não é mera coincidência que as crianças que não estão registadas são as que correm maiores riscos quando ocorre uma situação de conflito. De facto, as causas que estão na base de um conflito armado reflectem os obstáculos ao registo de nascimento, afectando comunidades que, muitas vezes, são marginalizadas, atingidas pela fome ou excluídas das redes de protecção social, expondo-as à violência dirigida contra as suas famílias e comunidades.

De acordo com problemas e o conflito que a Guiné-Bissau passou, podem-se constatar esses problemas de crianças sem registo, jovens e não só tem até adultos que não tenham também o registo civil, depois do conflito de sete (07) de Junho de 1998/1999 o país não possui um número exato dos cidadãos residentes no país assim como os que estão fora do país, até data presente não tem nenhum dado oficial do Estado/governo que diz o número da população guineense, tudo que se pode encontrar é um valor aproximado porque tudo isso as pessoas não tem documentos, e o país não possui um sistema informatizado no qual facilita na localização dos documentos o que poderia ser muito ao contrário. Informatizar dos os dados das pessoas registradas criar um Banco de dados de forma digital onde se pode fazer uma consulta para saber quem e quantos somos.

4. INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Como se pode constatar a evolução da tecnologia depois da revolução industrial todos os países do mundo se preocupa com a evolução de novas tecnologias que hoje representa um meio mais eficaz e eficiente e auxilia muito o desenvolvimento do país e na prestação dos serviços, a internet é um dos meios mais utilizados atualmente no mundo para se comunicar passar as informações reunir os dados criar um elo entre os cidadãos e o Estado/governo sobre as atividades que estão sendo desenvolvidos ou os que vão ser desenvolvidos, saber a opinião da população sobre o andamento das políticas públicas que esta sendo desenvolvido pelos gestores e fazer balaços de governação tudo isso contribui muito no desenvolvimento de qualquer nação do mundo.

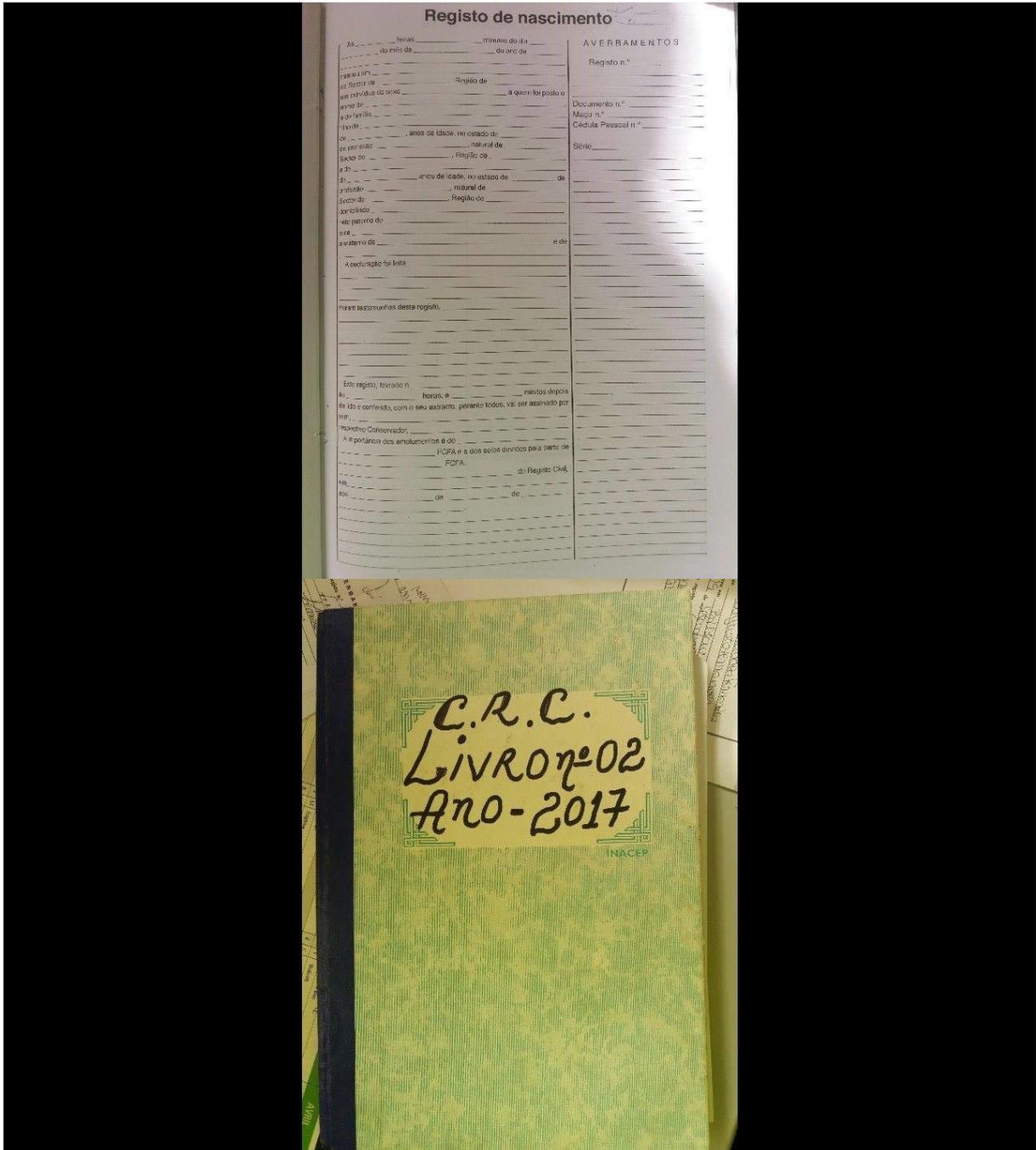
De acordo com Maurício (1994, p. 38-39) A crescente automação do trabalho pode ser entendida como o uso de máquinas para a realização de tarefas que as pessoas podem realizar ou que já realizaram. Por toda a sociedade moderna, nas organizações e nos negócios, as tarefas estão se tornando cada vez mais automatizadas e cada vez menos intensivas em mão-de-obra. Essa tendência causa impactos cada vez maiores nas pessoas, na

sociedade e nos negócios. Entender adequadamente a automação requer uma visão clara e precisa dos tipos específicos de tarefas automatizáveis, que podem ser divididas em dois tipos básicos: as tarefas voltadas aos dados (tomada, recuperação, transmissão, armazenamento, exibição de dados etc.) e as tarefas voltadas aos objetos físicos (fabricação de peças, transporte de produtos, montagem de componentes etc.). O uso de computadores para automação das tarefas de escritório, por exemplo, eliminou muitas tarefas ineficientes e caras, como a redatilografia de documentos inteiros apenas para a inserção de pequenas modificações no texto. Isso foi acompanhado pela mudança do papel como meio de armazenamento de dados para apenas meio de exibição de dados. Na realidade, os sistemas de informação computadorizados automatizaram certas funções corriqueiras e padrões dos negócios, como contabilidade e compras, enquanto criaram, paralelamente, formas mais precisas e efetivas de realizar as tarefas. Sem dúvida, um ganho em dobro! Por outro lado, a automação industrial, ou automação da manufatura, causou um duplo impacto nas fábricas e indústrias. De um lado, automatizou os processos de contabilidade, de estoque, de inventário, de dados da qualidade, das especificações de produto e das comunicações fabris. Por outro, automatizou as tarefas voltadas diretamente aos objetos físicos, envolvendo tarefas repetitivas ou insalubres, ou mesmo perigosas e arriscadas, como soldagem, pintura, fundição, manipulação de metais etc. Deve-se observar que, embora a tendência de automação seja forte e visível tanto nas fábricas como nos escritórios, nestes últimos ela tem se verificado com maior rapidez e intensidade devido ao fato de que as tarefas de escritório são muito mais intensivas em dados do que em manipulação.

É muito preocupante a Guiné-Bissau não possui ainda essas tecnologias, na verdade já era hora de tudo isso ter sido inserido no sistema de governação do país para isso esse trabalho tem como o objetivo de criar um sistema informatizado para fazer face aos problemas que os serviços de identificação civil vêm passando ao longo desses anos, será criado um banco de dados nacional onde todos registos vão ser lançados esse banco de dados vai ter uma cobertura nacional onde a central vai ficar em Bissau e o sistema estará ligado se uma pessoa for registado em qualquer região do país esses dados automaticamente estarão no banco de dados nacional onde não será preciso a pessoa se desloca da sua região para ir ate capital Bissau assim também quem vivi em Bissau não vai precisar se deslocar ate a região onde ele nasceu para procurar certidão narrativa completo tudo será possível tirar em qualquer lugar do território nacional desde que a pessoa já foi registrado.

Como se pode ver no quadro seguinte:

Figura 1. Livro de registo civil da Guiné-Bissau



Fonte: Ministério da Identificação Civil da Guiné-Bissau.

5. METODOLOGIA DA PESQUISA

Trata-se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa.

Segundo Cleber e Ernani (2013) “o estudo descritiva Expõe as características de uma determinada população ou fenômeno, demandando técnicas padronizadas de coleta de dados”.

De mesmo modo a abordagem qualitativa explica “o ambiente natural e fonte direta para coleta de dados, interpretação de fenômenos e atribuição de significados”.

A pesquisa foi feita na Universidade da integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileiro, com os estudantes Guineenses de diferentes cursos de graduação.

O motivo dessa pesquisa é para avaliar como os serviços de identificação civil funcionam na Guiné-Bissau e procurar:

Conhecer os procedimentos para registro de dados dos cidadãos da Guiné-Bissau.

Identificar os meios utilizados para o registro.

Identificar vantagens/desvantagens dos processos utilizados.

Apresentar um plano de ação de melhoria para os serviços de registro civil na Guiné-Bissau, nesse caso sugerir a criar um banco de dados nacional onde deverão ser inseridos todos os dados dos cidadãos tanto nacionais assim como os estrangeiros residentes no país, tudo isso para facilitar os serviços e na coleta de dados estatísticos da Guiné-Bissau.

A pesquisa se restringirá aos campis localizados no estado de Ceará, nos municípios de Acarape (Unidade dos Palmares e Auroras) e Redenção (Unilab campus da Liberdade), optamos por fazer nesses três campis.

Por outro lado criar um sistema informatizado para a realização dos registros, para todas as regiões do país. Assim quando a pessoa for registado esses dados serão automaticamente enviados para a central de armazenamento, quando esse individuo vier a precisar de algum documento como por exemplo certidão narrativa completa não precisará voltar para a região onde ele/ela foi registado mas sim ter acesso a esse documento em qualquer parte do país, tudo isso não será ignorado o velho sistema de livro de registro que esta sendo utilizado mas, esse sistema informático é para melhoria dos serviços no que se refere ao

atendimento mais rápido evitar discordâncias dos dados e também perda dos mesmos, uma melhoria na eficiência e eficácia no processo.

5.1 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

O instrumento de coleta de dados utilizado são questionários, aplicados aos alunos Guineenses, que frequentam cursos de graduação na UNILAB. Assim estruturado:

É fácil conseguir o registro civil na Guiné-Bissau? Sim () Não ().

Se não, quais são as dificuldades encontradas para conseguir o registro civil?

Qual é o tempo máximo que você leva para obter o registro civil?

Em sua opinião o que você acha que deveria ser feito para melhorar esse serviço?

Em que região você foi registrado e o que foi necessário para fazer o registro civil?

Se for implementado um sistema informatizado para emissão do registro civil, em sua opinião acha que melhoraria o desempenho dos serviços? O que iria melhorar?

Em sua opinião, o que o Governo poderia fazer ao nível da Informatização dos serviços públicos de identificação civil na Guiné-Bissau?

De acordo com A Pontifícia Universidade Católica do **Rio** de Janeiro (**PUC-Rio**) é uma instituição comunitária de educação superior da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, filantrópica e sem fins lucrativos. Sediada no bairro da Gávea, na cidade do **Rio** de Janeiro, capital do estado homônimo, Brasil.

Questionário Cervo e Bervian (2002 p.4) apontam diversos parâmetros que caracterizam as vantagens de utilização do questionário. Afirmam também que o questionário é a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com melhor exatidão o que se deseja. Refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche e contém um conjunto de questões, todas logicamente relacionadas com um problema central. O questionário deve ter natureza impessoal para assegurar uniformidade na avaliação de uma situação para outra. Possui a vantagem de os respondentes se sentirem mais confiantes, dado o anonimato, o que possibilita coletar informações e respostas mais reais (o que pode não acontecer na entrevista). Deve, ainda, ser limitado em sua extensão e

finalidade. É necessário que se estabeleça, com critério, quais as questões mais importantes a serem propostas e que interessam ser conhecidas, de acordo com os objetivos. PUC-RIO APUD CERVO E BERVIAN, (2002 p.4).

5.2 MÉTODO E TÉCNICA SELECIONADOS

Primeiramente foi feito um estudo sobre o tema do nosso trabalho fazemos o levantamento de como o serviço de identificação civil funciona na Guiné-Bissau e os instrumentos que são utilizados na prestação no registo da população.

Participaram do projeto 15 estudantes Guineenses de diferentes cursos de graduação, o método de coleta utilizado foi não probabilístico de seleção racional. Na seleção racional, a escolha dos elementos é feita de forma intencional, pois o pesquisador realiza a seleção dos elementos que apresentam as características estabelecidas no plano e nas hipóteses do trabalho com a perspectiva de obter as informações desejadas e previstas (RIBEIRO et al., 2016).

Desse modo recorreremos à elaboração de questionário levantando todas as questões sobre o funcionamento da instituição assim como aquisição dos documentos por parte da população as dificuldades que eles encontram o nível de demorar e alguns aspectos relacionados à perda dos documentos assim como incompatibilidade dos dados em diversos casos verificados que as pessoas que são registradas numa região ao chegar à capital Bissau quando ele/ela for solicitar uma declaração para tirar bilhete de identidade as vezes o nome do individuo não se encontra no livro ou no outro caso o número do livro não existe o que acaba de fazer pessoa ter que voltar para fazer um novo registo tudo isso leva a uma demora na realização da necessidade e de ter os documentos.

Os recursos utilizados para a coleta de dados foi elaborado questões na base do tema do nosso trabalho e foi analisado pelo orientador antes de ser submetidos ao grupo alvo depois de tudo tiver pronto dada a dificuldade de encontrar com os estudantes Guineenses devidos ocupação com as aulas e os diferentes horários que cada curso possui isso dificultou muito a

entrega dos questionários para isso recorreremos a internet para envio dos questionários para diferentes estudantes de vários cursos de graduação que a universidade possui.

E todas as respostas recolhidas serão analisadas e colocada no trabalho mediante ao tema em questão e aos critérios exigidos.

- Pesquisa bibliográfica.
 - a) Livros e artigos;
 - b) Questionários;
 - c) Fonte de dados primários.

6. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

No decorrer da pesquisa as questões que foram elaborados obtivemos as seguintes respostas como mostra a tabela seguinte:

1-É fácil conseguir o registro civil na Guiné-Bissau?	Número de entrevistados	%
Sim	2	13,33
Não	13	86,67
Total	15	100
Sexo		
Masculino	12	80
Feminino	3	20
Total	15	100
Curso		
Enfermagem	4	26,67
Administração pública	2	13,33
Engenharia de Energia	1	6,67
Agronomia	4	26,67
Letras	1	6,67
Ciência da natureza e matemática	1	6,67
Bacharelado em humanidades	2	13,33
Total	15	100

E na segunda pergunta que diz o seguinte, se não, quais são as dificuldades encontradas para conseguir o registro civil? Segundo os pesquisados eles foram unanimemente a responder as suas dificuldades que encontraram na aquisição do registro civil.

Levar-se-á em consideração ao tipo do sistema de administração que se implantou no país e que não tem facilidade o processo de emissão do registro. Portanto, as dificuldades são sempre gritantes; por exemplo: a relação, quer dizer, como o pessoal do conservatório lida com os necessitados da documentação. Os atendentes e assim como, os emissores dos vistos, apresentam às vezes comportamentos fora do comum de profissional de qualidade. Outra dificuldade que se pode alencar neste processo informativo é a falta de dinheiro para bancar os custos extras, dado que os funcionários ganham pouco o que os deixam motivados para trabalhar isso acaba refletindo nas pessoas de classe muito baixa, nesse caso, os pobres, levam tempos e tempos para conseguir seus documentos para eles é uma situação muito triste!

Dando continuidade à terceira questão “qual é o tempo máximo que você leva para obter o registro civil”?

A resposta que tivemos é que o tempo que uma pessoa leva para obter o registro depende quem e aonde, quer dizer o local da emissão. E o tempo é aproximadamente de 8 a 14 dias. A palavra (quem) isso quer nos mostrar de que forma uma pessoa pode conseguir os documentos o mais rápido possível, cujo algum familiar trabalha naquela instituição ou pela influência de pais por terem algum poder econômico torna muito fácil conseguir os documentos sem muitas burocracias e sem demoras.

Em seguida na quarta questão onde as pessoas que vão responder o questionário terá que dizer em sua opinião o que você acha que deveria ser feito para melhorar esse serviço?

De acordo com as respostas dos pesquisados, se colocar a responsabilidade e a ética no profissionalismo no país, e especialmente na administração pública. Criar condições de trabalho deve ser a responsabilidade do governo-Estado.

Na mesma linha de pensamento a quinta questão se procura saber em que região a pessoa foi registrado e o que foi necessário para fazer o registro civil?

Nessa perspectiva pegamos só a resposta de uma pessoa em comparação com os outros sobres onde foram registrados e ele explicou o seguinte, registei na Região de Cacheu e as condições do trabalho são péssimas. Pois, não havia computadores e tudo que dizia respeito à documentação, era monografada quer dizer escritos à mão.

Na sexta questão foi perguntado o seguinte: “se for implementado um sistema informatizado para emissão do registro civil, em sua opinião acha que melhoraria o desempenho dos serviços? O que iria melhorar”?

Todos responderam sim, têm quase certeza absoluta que isso melhoraria muito a prestação do serviço assim como dando mais agilidade no atendimento e na segurança dos dados. Todas as informações são monografadas, e acho que isso é muito grave para a administração de uma nação. Se fosse colocados computadores e profissionais de qualidade dotados de responsabilidades e ética, todo o serviço melhoraria bastante.

E por último a sétima pergunta se questiona a opinião da pessoa que está respondendo o questionário, o que o Governo poderia fazer ao nível da Informatização dos serviços públicos de identificação civil na Guiné-Bissau?

Todos estão demonstraram a preocupação com o sistema informatizado a criação de condições de trabalho em que todos os departamentos de registo civil terão computadores para ajudar no bom funcionamento do serviço. E se assim for, o acesso à informação e o processo de concessão dos registos aos cidadãos serão muito mais fácil e rápido.

7. CONCLUSÃO

Para concluir este trabalho, ao longo da pesquisa realizada podemos perceber que o Estado/Governo da Guiné-Bissau se carece de sistemas informatizados e a falta de uma estrutura para o armazenamento dos dados, ou seja, dos documentos que o serviço de identificação possui, devido aos mecanismos que se utiliza para guardar os documentos são precário dado que são muitos arquivos agrupados num numa sala no qual um servidor é o único responsável por todos esses documentos, por isso quando foi elaborado esse trabalho no intuito de poder informatizar todos esses arquivos todos que participaram da pesquisa acharam muito vantajoso o uso de sistema informatizado para a população assim como o Estado/Governo. Tudo isso vem do relato que obtivemos durante a nossa pesquisa com os estudantes guineenses de diferentes cursos de graduação na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) os alunos que responderam os questionários todos fora unânimes em responder as dificuldades que eles/elas encontraram para obter o registo civil. As dificuldades apresentados são as seguintes, demora no atendimento, falta de estrutura, serviços precários, barreiras geográficos dentre outros. Diante de tudo isso, viu-se a necessidade de sugerir a informatização de todos os dados já existentes para a criação de um banco de dados Nacional para poder fazer fase à perda dos dados e resolver os problemas de incompatibilidade dos dados e minimizar os esforços que os cidadãos Guineenses fazem para se deslocar a capital Bissau ou outras regiões para poder usufruir desse serviço, principalmente os que vivem no interior do país. Para isso se propõe a informatização dos serviços de identificação civil para poder ajudar na melhoria de prestação de serviço assim como forma de dar mais ênfase e eficácia e na confiança nos dados. Capacitar os profissionais e os técnicos da área de forma como trabalhar com o novo sistema informatizado e proporcionar melhorias nos locais de atendimento a população.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Ana Cláudia Marcos. A Administração Pública no ordenamento jurídico, constitucional e legal, da Guiné-Bissau. Revista “O Direito”, Volume. III e IV, Ano 120, 1988. Disponível em: <<http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Carvalho-Ana-A-Administracao-Publica-no-ordenamento-juridico-constitucional-e-legal-da-Guine-Bissau.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

CARVALHO, Ricardo Ossagô de. **Que democracia?** O processo de transição político guineense e a atuação das forças armadas na condução da política nacional (1994-2009). Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Universidade Federal do Piauí, 2010. Disponível em: http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/cienciapolitica/arquivos/files/RICARDO_OSSAGO.pdf Acesso em: 15 set. 2017.

CENTRO DE ESTUDOS INNOCENTI DA UNICEF. Registo de nascimento e conflitos armados, 2005. Disponível em: https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/insightbr_port.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2017.

COSTIN, Claudia-Administração pública. /Claudia Costin. -Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. p. 1 a 28.

CHIAVENATO, Idalberto. Administração geral e pública. Elsevier Editora Ltda, volume 4º Ano 2009.

[Internet] Disponível em: <https://rateiogratis.com.br/wp-content/uploads/wpforo/attachments/16228/1055-Chiavenato-Administracao-Geral-e-Pblica.pdf> >. Acesso em: 05 nov.2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano e FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho científico:** Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico, Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul – Brasil, 2ª Edição Ano 2013.

[Internet] Disponível em:< <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>

Acesso em 14 Nov. 2017.

GUIMARÃES, T. A nova administração pública e a abordagem da competência. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, maio/jun. 2000.

[internet] Disponível em:

<<http://repositorio.unb.br/handle/10482/15980>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Administração pública burocrática à Gerencial. *Revista de serviço público*, Ano 47, volume120 número I Jan-Abr. 1996.

[internet] disponível em:

<<https://doi.org/10.21874/rsp.v47i1.702>>.

Acesso em: 15 jun. 2017

PRATES, de Campos Filho Maurício. Os sistemas de informação e as modernas tendências da tecnologia e dos negócios. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, Ano v. 34 • n. 6 • Nov./Dez. 1994.

[internet] disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rae/v34n6/a05v34n6>>

Acesso em 17 Dez. 2017.

PNUD, IDH - Índice de Desenvolvimento Humano por país- 2016. Disponível em: <https://pt.actualitix.com/pais/wld/indice-de-desenvolvimento-humano-por-pais.php>.

Acesso em: 24 jul. 2017

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Cabo Verde e Guiné-Bissau: as relações entre a Sociedade Civil e o Estado**. Editora UFPE, Recife, 2015.

Relatório de Mulheres, Paz e Segurança. Plano de ação nacional para a implementação da Resolução 1325 (2000) 2010. Disponível em:

<http://www.peacewomen.org/assets/>

file/NationalActionPlans/guineabissau_nationalactionplan_2010.pdf Acesso em: 25 mai. 2017.

REPÚBLICA DA GUINÉ – BISSAU ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.

<<http://www.anguinebissau.org/leis/constituicao/constituicaoguine.pdf>>

Acesso em: 23 Out 2017.

RIBEIRO, G. et al. Práticas de biossegurança no ensino técnico de enfermagem. 2016. Dissertação (Mestrado) - Curso de Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 14 n. 3, p. 871-888, set./dez. 2016.